



CONTRATO DE FORNECIMENTO – PESSOA JURIDICA

CONTRATO nº 263/2018

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE e DISCOVERY - SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.

I. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE, doravante designado **SEBRAE**, entidade associativa de Direito Privado sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto nº. 99.570, de 9 de outubro de 1990, com sede no SGAS 605 – Conjunto A, Asa Sul, Brasília – DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 00.330.845/0001-45, neste ato representado por seus representantes legais.

II. DISCOVERY - SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA., doravante denominada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na QNM 01, Conjunto A, Lote 09, Sala 01, Ceilândia, Brasília – DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.304.834/0001-14, neste ato representada por seus representantes legais.

FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação decorre de processo de Licitação promovida pelo Pregão Eletrônico nº 22/2018, com base no art. 5º, inciso V do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN nº 138/2006 em vigor e despacho homologatório que integram este Contrato e que as partes declaram conhecer e aceitar.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução, versão e revisão, sob demanda, de materiais técnicos de interesse do Sebrae, para atender as necessidades da instituição.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços serão solicitados por demanda e devem compreender os idiomas listados abaixo:

I. Tradução/revisão: inglês/português

II. Tradução/revisão:
espanhol/português

ONDE SE LÊ CNPJ/MF sob o nº 06.304.834/0001-14, LEIA-SE 06.304.834/0001-14



- III. Tradução/revisão:
francês/português
- IV. Tradução/revisão: italiano/português
- V. Versão/revisão: português/inglês
- VI. Versão/revisão: português/espanhol
- VII. Versão/revisão: português/alemão
- VIII. Versão/revisão: português/francês
- IX. Versão/revisão: português/italiano
- X. Versão/revisão: português/japonês
- XI. Versão/revisão:
português/mandarim
- XII. Versão/revisão: português/russo

§ 1º Os serviços de tradução, versão e revisão de documentos e materiais técnicos, nos idiomas listados acima, deverão ser apresentados em laudas padronizadas de 1.000 (mil) toques ou caracteres, eletronicamente contados pelo processador de textos, descontados os espaços.

§ 2º A unidade de cobrança dos serviços de tradução, versão e revisão será 1 (uma) lauda. No caso de laudas não totalmente preenchidas, se usará o arredondamento: preenchida até a metade, contar-se-á como metade do valor de uma lauda; preenchida mais da metade, valorar-se-á como lauda inteira.

§ 3º Poderão ser demandados serviços em quatro regimes, conforme exposto no quadro a seguir:

Serviços	Limite para solicitação de tradução de laudas por dia útil	Horário	Prazo de entrega (a partir do de Acordo da Contratante para a Ordem de Serviço)
Regime Normal	Até 20 (vinte) laudas	Comercial	Até 48 (quarenta e oito) horas
	Acima de 20 (vinte) laudas	Comercial	Até 48 (quarenta e oito) horas por cada 20 laudas adicionais
Serviços Especiais			
Regime Urgente	Até 10 (dez) laudas	Comercial	Até 4 (quatro) horas
	Acima de 10 (dez) laudas	Comercial	Até 4 (quatro) horas por cada 10 laudas adicionais

Regime Extraordinário	Até 10 (dez) laudas	Não Comercial (inclui sábados, domingos, feriados e períodos noturnos)	Até 4 (quatro) horas
	Acima de 10 (dez) laudas	Não Comercial (inclui sábados, domingos, feriados e períodos noturnos)	Até 4 (quatro) horas por cada 10 laudas adicionais

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ORDEM DE SERVIÇOS

§1º Os serviços serão solicitados por meio de Ordens de Serviços, a serem emitidas pela Unidade de Assessoria Institucional.

§2º Os pedidos de tradução, versão e revisão serão iniciados por meio de Ordens de Serviços Iniciais enviadas à Contratada pela Unidade de Assessoria Institucional do Sebrae Nacional.

§3º As Ordens de Serviços Iniciais para serviços tanto de tradução/revisão e versão/revisão deverão identificar obrigatoriamente o idioma a ser traduzido ou vertido, o regime de execução do serviço, o técnico da Unidade de Assessoria Institucional do Sebrae Nacional que será responsável pela gestão, avaliação e aceite da prestação do serviço e das faturas decorrentes.

§4º Ao receber a Ordem de Serviço Inicial, a contratada deverá apresentar as seguintes informações:

- I. o idioma a ser traduzido ou vertido, o regime de execução do serviço, o quantitativo de laudas, o preço de cada lauda, o prazo de execução dos serviços e valor total da proposta.

§5º As Ordens de Serviços Iniciais encaminhadas pela Contratante até 14h (quatorze horas), horário oficial de Brasília, deverão ser respondidas no mesmo dia até às 18h (dezoito horas). Ordens de Serviços Iniciais encaminhadas pela Contratante após 14h (quatorze horas) poderão ser respondidas antes das 12h (meio dia) do dia seguinte.

§6º Em caso de solicitação de Ordem de Serviço Inicial de serviços especiais (regime de urgência e regime extraordinário), o prazo para retorno da CONTRATADA será de até 01 (uma) hora após o envio da Ordem de Serviço Inicial, independentemente do horário de solicitação do serviço pela Contratante.

§7º As traduções, versões e revisões constantes nas solicitações de Ordem de Serviço Inicial só poderão ser iniciadas após validação expressa pela Contratante, por meio de autorização da Ordem de Serviço (OS) assinada pelos técnicos responsáveis da Unidade de Assessoria Institucional do Sebrae Nacional.

CLÁUSULA QUARTA- DA ENTREGA DO PRODUTO

§1º A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos trabalhos no mesmo formato enviado para tradução, versão e revisão, por correio eletrônico, para os responsáveis alocados na Unidade de Assessoria Institucional do Sebrae Nacional. Na

impossibilidade do material ser entregue por meio eletrônico, a Contratada deverá entregá-lo em formato físico, na sede do Sebrae Nacional, aos cuidados da Unidade de Assessoria Institucional.

§2º Fica determinado que o horário comercial corresponde ao período entre 08h30 às 18h, horário oficial de Brasília.

§3º Para o "aceite" dos serviços, a Unidade de Assessoria Institucional do Sebrae Nacional, por meio de supervisor indicado, atestará formalmente o cumprimento dos conteúdos conforme descrição dos serviços previstos na Ordem de Serviço, ato que condiciona a emissão de nota fiscal pela CONTRATADA e os pagamentos respectivos.

CLÁUSULA QUINTA – DA EQUIPE TÉCNICA

§1º A CONTRATADA deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, profissionais graduados em qualquer área do ensino superior, comprovando essa habilitação por meio de diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou por meio de diploma emitido por instituição de ensino superior estrangeira.

§2º Visando comprovar a fluência nos idiomas listados neste Contrato, a CONTRATANTE solicitará apresentação de diplomas comprobatórios da fluência e/ ou comprovação de experiência dos tradutores a serem contratados para o serviço.

§3º Os serviços de versão do português para os idiomas alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, mandarim e russo deverão:

- I. Ser realizados por profissionais com experiência comprovada em trabalhos de versão de textos;
- II. Ser submetidos à revisão por profissionais qualificados, com experiência comprovada em trabalhos de versão de textos, após realizado o serviço inicial de versão do material;
- III. O mesmo profissional não poderá ser responsável por ambos os serviços de versão e revisão do material;
- IV. No momento da entrega do serviço ao Sebrae, o material deverá ser identificado com as iniciais dos profissionais que realizarem a versão e a revisão do documento.

§4º Os serviços de tradução dos idiomas inglês, espanhol, italiano e francês para o português deverão:

- I. Ser realizados por profissionais qualificados com experiência comprovada em trabalhos de tradução de textos;
- II. Ser submetidos à revisão por profissionais qualificados com experiência comprovada em trabalhos de tradução de textos, após realizado o serviço inicial de tradução do material;
- III. O mesmo profissional não poderá ser responsável por ambos os serviços de tradução e revisão.
- IV. No momento da entrega do serviço ao Sebrae, o material deverá ser identificado com as iniciais dos profissionais que realizarem a tradução e a revisão do documento.

CLÁUSULA SEXTA- DO LOCAL E DA DATA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados nas dependências da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEBRAE

O SEBRAE terá como obrigações do contrato a ser firmado as seguintes atribuições:

- I. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas estabelecidas pelo Sebrae;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- III. Analisar o material recebido e informar por escrito à Contratada o aceite ou não do serviço. O aceite é condicionado a avaliação do serviço como “satisfatório” pelo Contratante;
- IV. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias dentro do prazo previsto na solicitação de serviços;
- V. Acompanhar a execução do trabalho a ser desenvolvido;
- VI. Cumprir os prazos de entrega dos documentos, previstos na solicitação de serviços;
- VII. Fornecer à Contratada, por meio eletrônico, os arquivos contendo os textos, projeto gráfico ou mídias de cada serviço, quando necessário. Na impossibilidade do conteúdo ser entregue por meio eletrônico, a responsabilidade da Contratante será a de enviar à Contratada o material objeto do serviço solicitado, em formato físico, para o endereço oficial da Contratada.
- VIII. Realizar os pagamentos de acordo com os valores constantes na proposta de preços da CONTRATADA, relativos a cada serviço prestado e atestado pelo SEBRAE;
- IX. Enviar o termo de encerramento do contrato à CONTRATADA para assinatura, ao término do contrato;
- X. Verificar os produtos/serviços para aceite do objeto e ateste da fatura em até 10(dez) dias;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições contidas neste instrumento, a CONTRATADA fica obrigada a:

- I. Desenvolver todas as atividades solicitadas pelo Contratante, conforme descrito no objeto deste Contrato;
- II. Proceder a revisão dos documentos e materiais técnicos traduzidos e versados nos âmbitos gramatical, ortográfico, semântico, pragmático e estilístico, por meio de um

profissional especificamente destinado a essa função. O custeio de tal profissional e função já deverá estar incluído na proposta;

- III. Submeter todo material para aprovação do Sebrae;
- IV. Atender a toda e qualquer solicitação de reformulação ou correção que se faça necessária ao atendimento das necessidades do Sebrae;
- V. Ajustar o serviço executado, caso necessário e se encontradas falhas, até aprovação do Contratante como serviço satisfatório;
- VI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos técnicos do Sebrae, atendendo de imediato às solicitações;
- VII. Realizar todo o serviço por meio de profissionais especializados, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo atendimento integral da legislação aplicável ao serviço de que trata o presente instrumento;
- VIII. Elaborar, dentro da melhor técnica e qualidade, os serviços necessários à realização do objeto deste Contrato;
- IX. Atender os chamados do Sebrae com a máxima presteza, cumprindo os prazos estipulados neste Contrato;
- X. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados;
- XI. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Sebrae ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço; Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso, em decorrência da prestação dos serviços, no que tange às operações, documentações, comunicações, detalhes construtivos, equipamentos, materiais e quaisquer outras;
- XII. Manter entendimentos com o Sebrae, objetivando evitar transtornos e atrasos na execução dos serviços;
- XIII. Atender a toda e qualquer determinação da fiscalização do Sebrae;
- XIV. Aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- XV. Arcar com as multas previstas pela não observância às condições previstas abaixo.
- XVI. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados;
- XVII. Responsabilizar-se pelos danos causados ao SEBRAE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- XVIII. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do SEBRAE, ou em qualquer

outro local onde estejam prestando os serviços objeto deste Contrato, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;

- XIX.** Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista neste tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o SEBRAE;
- XX.** Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, embalagens, ferramentas, telefonia, mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, máquinas em geral, impostos, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;
- XXI.** Manter entendimentos com o SEBRAE, objetivando evitar transtornos e atrasos nos serviços;
- XXII.** Entregar ao SEBRAE os documentos necessários para a realização dos pagamentos.
- XXIII.** Fica a CONTRATADA proibida de dar em garantia de operação de empréstimo junto a qualquer instituição financeira, em "Cessão Fiduciária" os direitos de créditos advindos do presente Contrato de prestação de serviços;
- XXIV.** Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste Instrumento, trabalho infantil, degradante ou forçado bem como exigir que as referidas medidas sejam adotadas nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos;
- XXV.** Preencher e apresentar juntamente com o contrato a Declaração de Informações Tributárias, Anexo IV, em conformidade com o Decreto Lei 25.508/2005 e Portaria nº 57/2012.
- XXVI.** Assinar o termo de Encerramento do Contrato a ser enviado pelo gestor do contrato, quando do término do contrato.

CLÁUSULA NONA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. O SEBRAE mantenha interesse na realização do serviço;
- III. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o SEBRAE; e
- IV. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.



§1º A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§2º A prorrogação da vigência será formalizada, mediante justificativa da Unidade Técnica responsável, por termo aditivo específico, não podendo ultrapassar o limite máximo de 60 (sessenta) meses, incluídos o período inicial de vigência e suas eventuais prorrogações, nos termos do parágrafo único do artigo 26 do RLCS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SEBRAE pagará a CONTRATADA o valor total de até R\$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais) correspondente a execução dos serviços, conforme planilha abaixo:

SERVIÇOS REGIME NORMAL(A)				
ITEM	TRADUÇÃO / VERSÃO	Estimativa de laudas	Valor unitário	Valor total
1	Tradução /revisão: Inglês/português	até 950(novecentas e cinquenta laudas)	R\$ 28,00	R\$ 26.600,00
2	Tradução/revisão: Espanhol/português	até 950(novecentas e cinquenta laudas)	R\$ 28,00	R\$ 26.600,00
3	Tradução /revisão: Frances/português	até 100(cent) laudas.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
4	Tradução /revisão: Italiano/português	até 100(cent) laudas.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
5	Versão/revisão: Português/inglês	até 2450(duas mil e quatrocentas e cinquenta) laudas	R\$ 31,00	R\$ 75.950,00
6	Versão/revisão: Portugues/espanhol	até 2450(duas mil e quatrocentas e cinquenta) laudas	R\$ 31,00	R\$ 75.950,00
7	Versão/ revisão: português alemão	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 32,00	R\$ 89.600,00
8	Versão/revisão: Portugues/Francês	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 32,00	R\$ 89.600,00
9	Versão/revisão: Português/Italiano	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 33,00	R\$ 92.400,00
10	Versão/revisão: Português/japonês	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 34,00	R\$ 95.200,00
11	Versão/revisão: Português/mandarim	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 34,00	R\$ 95.200,00
12	Versão/revisão: Português/russo	até 2800(duas mil e oitocentas) laudas	R\$ 34,00	R\$ 95.200,00
PREVISÃO TOTAL:		até 23.800(vinte e três mil e oitocentas) laudas		R\$ 768.300,00

SERVIÇOS ESPECIAIS - REGIME URGENTE(B)				
ITEM	TRADUÇÃO / VERSÃO	Estimativa de laudas	Valor unitário	Valor total
13	Tradução/revisão: inglês/português	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 42,00	R\$ 1.050,00
14	Versão/revisão: português/inglês	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 42,00	R\$ 1.050,00
15	Tradução/revisão: espanhol/português	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 42,00	R\$ 1.050,00
16	Versão/revisão: português/espanhol	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 42,00	R\$ 1.050,00
PREVISÃO TOTAL REGIME URGENTE:		Até 100(cent) laudas		R\$ 4.200,00

SERVIÇOS ESPECIAIS - REGIME EXTRAORDINÁRIO(C)				
ITEM	TRADUÇÃO / VERSÃO	Estimativa de laudas	Valor unitário	Valor total
17	Tradução/revisão: inglês/português	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 45,00	R\$ 1.125,00
18	Versão/revisão: português/inglês	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 45,00	R\$ 1.125,00
19	Tradução/revisão: espanhol/português	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 45,00	R\$ 1.125,00
20	Versão/revisão: português/espanhol	até 25(vinte e cinco) laudas	R\$ 45,00	R\$ 1.125,00
PREVISÃO TOTAL REGIME EXTRAORDINÁRIO:		Até 100(cent) laudas		R\$ 4.500,00

TOTAL DOS SERVIÇOS (A + B + C) :			R\$ 777.000,00	
			Total: SETECENTOS E SETENTA E SETE MIL REAIS	

§1º Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias, após o aceite do objeto, aqui representado pelo ateste das respectivas notas fiscais/faturas pelo SEBRAE, condicionados à apresentação do relatório de prestação de serviços executados, com a Certidão Negativa de Débitos para com a Seguridade Social – INSS -, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, comprovação de regularidade junto a receita federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, mediante ordem bancária creditada na conta corrente da CONTRATADA.

§2º A cada pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal acompanhadas de suas respectivas autenticações, obtidas nos sítios que as emitirem, sendo o descumprimento dessa exigência ensejador de aplicação das penalidades descritas na Cláusula Penal deste Instrumento.

§3º Para liquidação dos valores relativos à prestação dos serviços será ainda observado o que segue:

I. O Sebrae reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto, aceito e contratado;

II. O Sebrae poderá deduzir do montante a ser pago os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações, devidas pela CONTRATADA.

III. Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para o Sebrae.

§ 4º Será, ainda, suspenso o pagamento se:

I. No ato do recebimento do objeto, verificar-se que o mesmo não foi executado de acordo com o proposto, aceito e contratado;

- II. Os materiais/serviços entregues não estiverem de acordo com a especificação requerida, até que seja promovida sua substituição/regularização;
- III. As notas fiscais/faturas contiverem incorreções. Neste caso, elas serão devolvidas acompanhadas dos motivos de sua rejeição, contando-se, então, o prazo para pagamento a partir da reapresentação, sem qualquer tipo de correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente instrumento poderá ser alterado por Termo Aditivo, para complementação ou acréscimo ao objeto, observando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, quando aplicável, mediante autorização expressa do SEBRAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

O gerente da Unidade de Assessoria Institucional designará um analista técnico para exercer a função de gestor do contrato, a quem caberá a gestão e fiscalização sobre o fornecimento objeto deste contrato, cabendo-lhe decidir pela aceitação ou não das soluções e dos produtos apresentados, exigindo o fiel cumprimento de todos os requisitos deste contrato e da proposta apresentada pela CONTRATADA, além das demais atribuições previstas na Instrução Normativa nº 51.

§1º A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao SEBRAE toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto deste contrato, bem como a facilitar a fiscalização no fornecimento dos produtos contratados.

§2º A fiscalização do SEBRAE não diminui nem substitui a responsabilidade da CONTRATADA, decorrente das obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do contrato correrão por conta do Projeto: Gestão das Relações Internacionais do Sebrae, Ação: Apoio à Operacionalização da Estratégia de Relações Internacionais do Sebrae.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CLÁUSULA PENAL

O descumprimento dos prazos e das condições estipulados para o fornecimento objeto deste contrato, a execução deficiente, parcial, irregular ou inadequada, a inexecução total injustificada, assim como a subcontratação total implicarão, conforme o caso, aplicação das seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total;

- III. multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da ordem de serviço, caso os serviços não sejam executados em conformidade com este Contrato;
- IV. multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da ordem de serviço, por dia de atraso não justificado, limitada a 10 (dez) dias;
- V. rescisão unilateral do contrato, na hipótese de ocorrer:
 - a) o previsto nos incisos II e III;
 - b) a extrapolação dos 10 (dez) dias previstos no inciso IV, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas.
- VI. multa de 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, sem prejuízo do pagamento de outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao SEBRAE, no caso de rescisão do contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa;
- VII. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo de até 2 (dois) anos, a critério do SEBRAE, pela aplicação das penalidades acima.

§ 1º A falta da comprovação da regularidade fiscal pela CONTRATADA a cada pagamento, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de 1% sobre o valor da Ordem de Serviço paga, após 3 (três) advertências;
- III. rescisão unilateral do contrato pelo SEBRAE, após aplicação de 3 (três) multas.

§ 2º As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente à Tesouraria do SEBRAE, no prazo de quinze dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

§ 3º Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

§ 4º As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 5º A CONTRATADA assumirá total responsabilidade pelos eventuais erros de tradução encontrados após a realização dos serviços, arcando com os possíveis prejuízos morais e financeiros que causem ao Sebrae como resultado de erros cometidos na realização dos serviços de tradução, versão e revisão.

§ 6º O prazo máximo para recolhimento da multa aplicada será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação pela CONTRATADA

§ 7º As multas serão cobradas sem prejuízo da ação judicial cabível, podendo ensejar, inclusive, a rescisão do contrato por descumprimento de obrigação. A rescisão não isenta a CONTRATADA da ação judicial cabível, em caso de prejuízo ao SEBRAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em especial por:

- I. Cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;
- II. Subcontratação total, cessão ou transferência total, sem prévia anuência ou autorização do SEBRAE;
- III. Inobservância às características para cumprimento do objeto contratual;
- IV. Reiteração de falhas no cumprimento das obrigações;
- V. Declaração de falência da CONTRATADA;
- VI. Interrupção da prestação dos serviços, sem justa causa ou sem autorização do Sebrae; e;
- VII. Lentidão na prestação dos serviços, que possa dar margem ao descumprimento de prazos ou prejuízos aos serviços do Sebrae;

Parágrafo Único: A aplicação das penalidades previstas neste instrumento poderá ser reconsiderada, ou aplicada no todo ou em parte, a exclusivo critério do Sebrae.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SIGILO

A CONTRATADA compromete-se a:

- I. não utilizar a marca SEBRAE ou qualquer material desenvolvido pelo SEBRAE para seus produtos e programas, assim como os dados dos clientes a que tenha acesso no decorrer das atividades inerentes a este contrato, em ações desenvolvidas pela CONTRATADA fora do âmbito de atuação deste contrato;
- II. tratar todas as informações a que tenha acesso em função do presente contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão, a qualquer terceiro;
- III. só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolva o nome do SEBRAE mediante sua prévia e expressa autorização;
- IV. manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos em decorrência deste Contrato, sobretudo quanto à estratégia de atuação do SEBRAE.

Parágrafo único. A infração ao inciso IV desta Cláusula implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a CONTRATADA às indenizações das perdas e danos previstos na legislação ordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

A assinatura deste contrato importa na afirmativa, pela CONTRADADA, da inexistência de impedimento de qualquer natureza para o estabelecimento da relação jurídica com o SEBRAE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VEDAÇÃO DA CESSÃO DE CRÉDITO

Fica a **CONTRATADA** proibida de dar em garantia de operação de empréstimo junto a qualquer instituição financeira, em "Cessão fiduciária", os direitos de créditos advindos do presente Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema Sebrae previstos no art. 20 do seu Regulamento de Licitações e de Contratos.

§1º A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Sistema Sebrae.

§2º Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

§3º As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes elou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SEBRAE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia, que cubra todo o prazo contratual acrescido de 90 (noventa) dias, correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, que totaliza a importância de R\$ 77.700,00 (setenta e sete mil e setecentos reais), podendo optar por caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

§1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **SEBRAE** à **CONTRATADA**;
- Prejuízos diretos causados ao **SEBRAE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

§2º Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia deverá ser renovada em até 10 (dez) dias contados do 1º dia útil subsequente à assinatura do Termo Aditivo, mantendo-se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

§3º A garantia escolhida deverá ser integralizada sempre que dela for deduzido o valor da multa contratual ou valores relativos ao não cumprimento de obrigações contratuais assumidas.

§4º A garantia escolhida pela **CONTRATADA** poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do contrato, com a anuência do **SEBRAE**, observadas as modalidades do *caput*.

§5º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

§6º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o **SEBRAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

- a) O bloqueio não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**;
- b) A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia previstas no *caput*; e
- c) O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

§7º Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **SEBRAE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

§8º Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo **SEBRAE** à **CONTRATADA** e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

As partes poderão, a qualquer tempo, denunciar este contrato, manifestando-se por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem que, em razão desta prerrogativa, recebam qualquer tipo de indenização.

§1º Antes do encerramento dos 90 (noventa) dias, deverão ser quitadas todas as pendências provenientes deste contrato.

§2º Caso haja a denúncia por parte da **CONTRATADA**, a mesma deverá apresentar num prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do encerramento do prazo de denúncia, um plano para transferência de conhecimentos e tecnologias para a próxima empresa que vier a prestar serviços ao **SEBRAE** ou para funcionário do próprio **SEBRAE**. Este plano deverá conter, pelo menos, a revisão de toda a documentação gerada de todos os serviços prestados, acrescido de outros documentos que, não sendo artefatos previstos em metodologia, sejam adequados ao correto entendimento do serviço executado.

§3º Cumpridas as exigências do parágrafo primeiro, deverá ser providenciado o instrumento de "Distrato", contendo a quitação plena de ambas as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS ANEXOS

Constituem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, o edital de Pregão Eletrônico n.º 22/2018, e seus anexos, os documentos relacionados com a fase de habilitação, a proposta apresentada pela CONTRATADA e demais documentos que integram o processo licitatório.

Parágrafo único. Havendo divergências entre as disposições contidas nos documentos referidos no caput desta cláusula, de natureza técnica, e as disposições deste contrato, prevalecerão aquelas sobre estas, salvo na ocorrência de erro material, quando serão adotadas as providências necessárias às correções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

Os casos omissos serão resolvidos pelas partes, ficando eleito o foro de Brasília-DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília, 29 de novembro de 2018.

Pelo **SEBRAE**:


Pela **CONTRATADA**:



SILVIA ALMEIDA OLIVEIRA


SIDNEY DE SOUSA BEZERRA

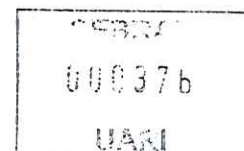

MIRELA LUIZA MALVESTITI

Testemunhas:

1ª. 
NOME: **Dora Lorgino Teixeira**
CPF: **694639641-34**

2ª. 
NOME: **Pollyana Dietz Ferreira**
CPF: **011.100.561-25**





DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Documento de preenchimento obrigatório (Decreto Lei 25.508/2005 e Portaria nº 57/2012, que determina que os Serviços Social Autônomo do Distrito Federal passaram a ser Substituto Tributário)

CONTRATANTE		
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa - SEBRAE		
SGAS Quadra 605 conjunto A	CIDADE/UF: Brasília/DF	CEP: 70.200-904
CNPJ: 00.330.845/0001-45	CFDF: 07.386.591/001-01	

FORNECEDOR		
Dados Cadastrais		
Razão Social: DISCOVERY SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA ME		
Nome Fantasia: PROJETA INTERATIVA		
End.: QNM 1 CONJ A	Cidade/UF: BRASILIA - DF	CEP: 72.215-011
CNPJ: 06.304.834/0001-77	Inscrição Estadual:	Inscrição Municipal: 0745634000173
Natureza Jurídica: 206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
CNAE (Atividade Principal): 8599604 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO		
CNAE (Atividade Secundárias): 7490101 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO		
Regime de Tributação		
<input type="checkbox"/> Normal <input checked="" type="checkbox"/> Simples Nacional <input type="checkbox"/> MEI <input type="checkbox"/> SIMEI <input type="checkbox"/> SEM FINS LUCRATIVOS		
Imunidades ou isenções de Tributos:		
Tributos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS, INSS/PPP		
Base Legal: LEI COMPLEMENTAR 123/2006 e LEI COMPLEMENTAR 116/2003		
Código CFOP: 5.933		
Classificação NCM: 9999.9999		

(i) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas; (ii) CBO - Classificação Brasileira de Ocupações; (iii) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (iv) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (v) Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

OBJETO DO FORNECIMENTO	
<input type="checkbox"/> Produto	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço
<input type="checkbox"/> Produto e Serviço	<input type="checkbox"/> Mão de Obra: Produto e Serviço
Objeto:	
Código da Prestação do Serviço LC 116/2003: 17.02	
Descrição do Código da Prestação do Serviço: DATILOGRAFIA, DIGITAÇÃO, TRADUÇÃO	

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO	
<input type="checkbox"/> NF	<input checked="" type="checkbox"/> NF-e
<input type="checkbox"/> NFS-e	<input type="checkbox"/> DANFE
<input type="checkbox"/> RPA	<input type="checkbox"/> RECIBO
<input type="checkbox"/> Outros. Especificar:	

INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	
-------------------------	--

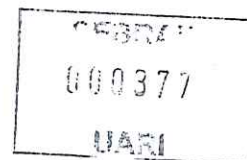
A) RETENÇÕES NA FONTE

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IR, CSLL, PIS e COFINS:

1.1) Observar o art. 52 da Lei nº 7.450/85 e o art. 6º da Lei nº 9.064/95, que tratam da aplicabilidade do desconto de Imposto de Renda na fonte nos pagamentos a pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional.

9 +



- 1.2) Observar os arts. 647 a 650 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), de que tratam dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de diversos serviços.
- 1.3) Observar os arts. 30 a 32 e 35 a 36 da Lei nº 10.833/2003, de que tratam dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de diversos serviços.

2) INSS (aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra):

- 2.1) Observar IN RFB nº 971/2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e da arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- 2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS:

- 3.1) Observar regra geral, conforme caput do art. 3º da LC nº 116/2003, de que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador de serviço";
- 3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/2003, em que o ISS é devido no "local da prestação do serviço";
- 3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, nos casos em que prestador e tomador estejam estabelecidos no mesmo município (no caso do Rio de Janeiro, observar o Decreto Municipal nº 10.514/1991 e suas alterações posteriores, se aplicáveis); e
- 3.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM/Rio de Janeiro).

QUADRO PARA FORNECIMENTO DE PRODUTO

Preencher com os valores globais do fornecimento que correspondam ao fornecedor

TRIBUTO	VALOR TOTAL DO PRODUTO R\$ (A)	REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO/BENEFÍCIO FISCAL		BASE DE CÁLCULO R\$ (A-B)	ALÍQUOTA %	VALOR A SER RETIDO R\$	BASE LEGAL
		R\$ (B)	NATUREZA				
IR							
CSLL							
PIS							
COFINS							

QUADRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Preencher com os valores globais do fornecimento que correspondem ao fornecedor

TRIBUTO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO R\$ (A)	DEDUÇÕES		BASE DE CÁLCULO R\$ (A-B)	ALÍQUOTA %	VALOR A SER RETIDO R\$	BASE LEGAL
		R\$ (B)	NATUREZA				
IR	----	----	----	----	----	----	----
CSLL	----	----	----	----	----	----	----
PIS	----	----	----	----	----	----	----
COFINS	----	----	----	----	----	----	----
INSS	----	----	----	----	----	----	----

De acordo com legislação local

TRIBUTO	VALOR TOTAL DO PRODUTO/SERVIÇO R\$ (A)	DEDUÇÕES		BASE DE CÁLCULO R\$ (A-B)	ALÍQUOTA %	VALOR A SER RETIDO R\$	BASE LEGAL
		R\$ (B)	NATUREZA				
ISS	777.000,00				2,54		LC 123/2016 e LC 116/2003

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação. Anexo documentos comprobatórios desta declarações.

Declaro ainda, que mantereire as informações atualizadas sempre que ocorrerem mudanças.

Local e data: Brasília, DF, 05 de Dezembro de 2018

Nome Completo: Sidney de Sousa Bezerra Assinatura do Representante Legal:

Cargo/Função: Diretor CPF: 184.431.092-20

DADOS DO SEGURADO

NOME: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
ENDEREÇO: Q SGAS 605 - ASA SUL
CPF OU CNPJ: 00.330.845/0001-45
CEP: 70.200-645 **CIDADE:** BRASILIA **UF:** DF

DADOS DO TOMADOR

NOME: DISCOVERY FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME
ENDEREÇO: Q QNM 2 CONJUNTO D, S/N, LOTE 04 SALA 201 A 206 - CEILANDIA NORTE (CEILANDIA)
CPF OU CNPJ: 06.304.834/0001-77
CEP: 72.210-024 **CIDADE:** CEILÂNDIA **UF:** DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 10.864.690/0001-80 **SUSEP:**100638935

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 77.700,00 - Setenta e Sete Mil e Setecentos Reais

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Contrato nº 263/2018, Edital nº 22/2018 tendo como objeto, contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução, versão e revisão sob demanda, de materiais técnicos de interesse do Sebrae, para atender as necessidades da instituição.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 77.700,00	R\$ 1.983,62	29/11/2018	26/02/2021
Cobertura de Multa - Setor Privado	R\$ 77.700,00	R\$ 396,72	29/11/2018	26/02/2021
Ações Trabalhistas e Previdenciárias	R\$ 77.700,00	R\$ 1.983,62	29/11/2018	26/02/2021

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

Prêmio Líquido	R\$	4.363,97
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
IOF	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	4.363,97

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 1.091,00	10/02/2019
2	R\$ 1.090,99	10/03/2019
3	R\$ 1.090,99	10/04/2019
4	R\$ 1.090,99	10/05/2019

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900139/2014-74. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 10/01/2019 10:53:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/autenticidade>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920199907760018188000 e o Controle Interno: 00A9D300470C0A35. Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá também ser verificado no site da Susep: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692019009900760018188000000.



João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

CONDIÇÕES GERAIS

SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PRIVADO

1. OBJETO:

Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, firmado com o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s).

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: o documento contratual, seus aditivos e anexos, que especificam as obrigações e direitos do segurado e do tomador.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a Seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: credor das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora, por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador

ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou documento que serviu de base para aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. Expectativa: tão logo tome conhecimento de qualquer inadimplência do tomador que possa implicar em prejuízo, o segurado deverá imediatamente notificá-lo extrajudicialmente, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

7.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, após decorrido o prazo estabelecido para regularização da inadimplência e confirmado o não cumprimento pelo tomador dos itens listados na comunicação da Expectativa de Sinistro, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

7.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação de:

Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

7.2.2. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar;

7.3. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

7.4. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada

durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.5. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 7.2. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

7.6. Caso a Seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente, por escrito, ao segurado sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.2., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Contratuais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos do contrato.

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, beneficiário ou por seu representante legal, de um ou de outro. Quando o segurado for pessoa jurídica, este inciso aplica-se, também, aos sócios controladores, aos seus dirigentes e administradores legais do segurado e aos respectivos representantes legais;

V - o segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.4. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da

apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas condições especiais.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original prêmio para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I - por arbitragem; ou

II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo Segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo

Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

19.5 A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias de responsabilidade do Tomador, salvo pela contratação, com verba específica independente, da Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

1.3. Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer multas que tenham caráter punitivo, salvo disposição contrária nas cláusulas particulares.

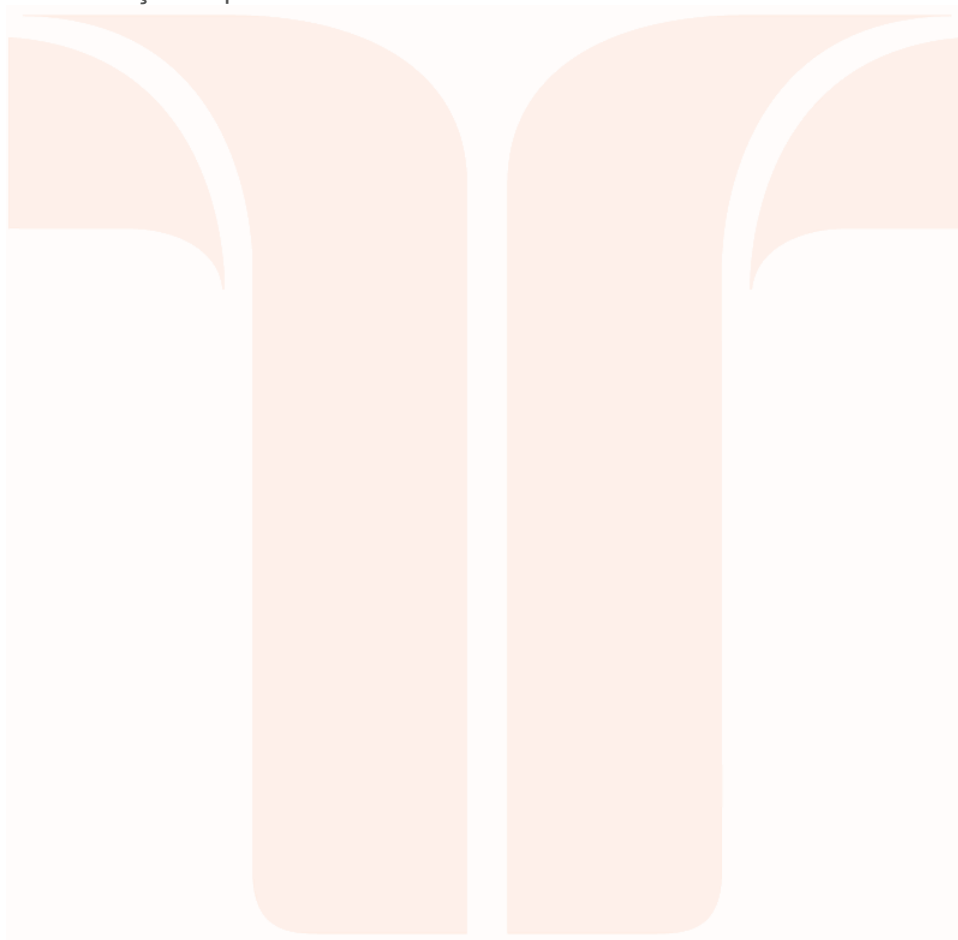
2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, caracterizando sobrecusto, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



Texto Cobertura

Ações Trabalhistas e Previdenciárias

1. OBJETO:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente ou solidariamente e que os valores tenham sido pagos por este, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado, bem como do trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e conseqüente homologação do Poder Judiciário.

1.2. No que diz respeito à subsidiariedade e/ou a solidariedade, a responsabilidade do segurado será referente à relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

2. DEFINIÇÕES:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamação e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.2. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.3. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.4. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.5. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

2.6. Responsabilidade Solidária: é aquela quando em uma mesma obrigação houver mais de um responsável pelo seu cumprimento. Assim, nesta situação, o cumprimento da responsabilidade poderá ser exigido de ambos os responsáveis ou de apenas um deles.

3. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar à Seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.

3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação, com o pagamento dos valores constantes na condenação do segurado.

3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.2. das Condições Gerais:

comprovante(s) de pagamento dos valores citados no item 3.2. desta Cobertura Adicional;

certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver;

guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;

documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2., a seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

4. ACORDOS:

4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2..

5. INDENIZAÇÃO:

Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de reembolso, até o limite da garantia desta cobertura estabelecido na apólice.

6. PERDA DE DIREITO:

Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II - quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do

Trabalho ou confessar.

III - se o segurado firmar acordo sem observar o disposto na Cláusula 4 desta Cobertura Adicional ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

IV - nos casos de condenações do tomador e/ou segurado no que se refere a dano moral e/ou dano material, assédio moral ou sexual decorrentes de responsabilidade civil do tomador e/ou do segurado e indenizações por acidente de trabalho.

7. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Cobertura de Multa - Setor Privado

1. Não se observa o disposto no item 1.3. das Condições Especiais das Modalidades - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais e Especiais que não tenham sido alteradas pela presente condição particular.